

PRODUZIR

INTERFERÊNCIA NO AGRO DEVERIA RESPEITAR CRITÉRIOS TÉCNICOS

MARCELO LEMOS
Diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

DESAFIOS DE imagem, de produtividade, de tecnologia, de sustentabilidade, de extensão rural e de segurança: são muitas e já conhecidas as barreiras que o agricultor brasileiro precisa superar para agregar valor à sua produção e conquistar espaço em mercados cada vez mais complexos e exigentes. Ultimamente, porém, um obstáculo extra tem dificultado a atividade no campo. O entrave é protagonizado por parlamentares de Assembleias Legislativas que acabam tomando decisões que ignoram critérios técnicos e democráticos. Alguns projetos aprovados revelam total falta de conexão com a realidade do nosso setor, ignorando completamente os princípios econômicos em torno de qualquer atividade produtiva.

O exemplo mais recente aconteceu em Mato Grosso, onde um grupo de parlamentares uniu-se para deslegitimar a ação movida pela SRB no Supremo Tribunal Federal (STF) que contesta a constitucionalidade do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB). Esse fundo, que incide sobre a comercialização de *commodities* no estado, ficou mais caro para os agricultores no ano passado, quando o governo mato-grossense ampliou a alíquota de tributação para produtos como boi, soja, algodão, milho, entre outros. Os argumentos dos deputados foram acatados, e, em março deste ano, o ministro do STF Gilmar Mendes decidiu pela falta de legitimidade ativa da SRB para ajuizar a medida, esquivando-se do mérito da questão, o qual deverá ser revisto pelo Plenário do STF.

Ora, a SRB, entidade centenária, é reconhecida nacional e internacionalmente como uma das principais organizações representativas dos produtores do agro brasileiro. Além disso, representou na ação apresentada ao Judiciário produtores rurais que se sentem pressionados pelos sucessivos aumentos da carga tributária no estado.

Nesse contexto, o mais contraditório é que, na semana anterior ao arquivamento da ação no Supremo, deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) aprovaram um Projeto de Lei (PL) que eleva o salário de servidores públicos a níveis acima do permitido pela Constituição. O "PL dos Marajás", como ficou popularmente conhecido, aumentou os rendimentos dos conselheiros, do procurador-geral, dos procuradores, dos auditores e dos técnicos instrutivos e de controle para R$ 70 mil, sem necessidade de prestação de contas.

A aprovação do PL é uma decisão desconectada com a realidade de um estado que, no ano passado, chegou a decretar situação de calamidade financeira. Mato Grosso deveria dar exemplo cortando gastos sem onerar o agro, um dos setores que mais contribuem com geração de renda e emprego no estado.

Vale destacar que episódios como o do FETHAB não estão restritos a Mato Grosso e já se espalharam por Assembleias Legislativas de todo o Brasil. Um dos efeitos desse cenário é a perda do apetite de investidores, cada vez mais desestimulados a aplicarem recursos em estados que criam obstáculos ao desenvolvimento do agronegócio. O aumento desenfreado da carga tributária também eleva os custos de produção, faz o produtor perder competitividade e prejudica toda a sociedade. Diante dos anseios atuais dos cidadãos que pedem cada vez mais por menos interferência do Estado, é urgente que os nossos representantes se alinhem à realidade do agro nacional, vetor de evolução social e econômica para a nossa sociedade. ■

Parlamentares de Assembleias Legislativas tomam decisões ignorando critérios técnicos e democráticos.